

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO  
PROJETO DE LEI Nº1.595 DE 2019.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2021**  
(Do Sr. Vitor Hugo)

Requer a realização de Audiência Pública para analisar e debater, com a devida profundidade, o Projeto de Lei nº 1.595 de 2019, que dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para analisar e debater, com a devida profundidade, o Projeto de Lei nº 1.595 de 2019, que dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências. Para tanto, de modo a enriquecer o debate, sugerem-se os seguintes convidados:

1. Diretor-Geral da Polícia Federal ou representante por ele designado;
2. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal ou representante por ele designado;
3. Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional ou representante por ele designado ;
4. Diretor-Geral da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência ou representante por ele designado;



5. Secretário da SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública ou representante por ele designado.

## JUSTIFICAÇÃO

Com o intuito de promover maior participação dos Órgãos de Segurança Pública e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no debate político relacionado às ações contraterroristas e ao teor do Projeto de Lei nº 1.595 de 2019, propomos a audiência pública em tela.

Longe de ser uma realidade apenas em outros continentes, a ameaça terrorista também esteve presente em território nacional. Principalmente na última década, pudemos observar episódios durante a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a cerimônia de posse do atual Presidente da República, conforme divulgado em diversos veículos de comunicação.

A atuação dos Órgãos de Segurança Pública e da ABIN foram de extrema importância nesses eventos para que se tivesse uma atuação preventiva, porém, ainda se faz necessário munir essas instituições e seus agentes de ferramentas mais eficazes no combate ao terrorismo.

Faz-se oportuno reproduzir aqui parte do argumento dado na justificção da proposta legislativa, para que fique clara a importância do debate proposto.

“(1) não parecemos ser alvos, mas nada nos impede de sermos palco para ataques a delegações estrangeiras em visita ao nosso território; (2) à medida que nossa importância cresça no âmbito internacional, nossos interesses e posicionamentos começarão a se contrapor à de grupos estrangeiros radicais, cuja ferramenta maior de pressão sobre adversários é o terrorismo; (3) obter explosivos clandestinamente em nosso País tem se mostrado ser algo relativamente fácil (basta ver a quantidade de caixas eletrônicos sendo explodidos mensalmente no Brasil); (4) a permeabilidade de nossas fronteiras e a recente aprovação do novo estatuto do estrangeiro (Lei de Imigração de nº 13.445/2017) tornam ainda mais frágeis as barreiras estatais que deveriam dificultar a entrada de terroristas em nossos domínios; (5) a crise na segurança pública em que estamos inseridos, com as esferas estatais se batendo acerca

dos limites de suas competências nesse campo de atuação estatal, reforça vulnerabilidades sistêmicas no enfrentamento possível ao terrorismo no País; (6) a falta de coragem de discutir, com seriedade, os limites entre ações legítimas e democráticas de movimentos sociais e os crimes por suas alas radicais cometidos, muitos dos quais extremamente próximos conceitualmente do que seria o terrorismo, deixa turvo o âmbito de atuação dos órgãos estatais envolvidos na prevenção e no combate ao terror, entre tantos outros argumentos.”

Dessa forma, através de um amplo e democrático debate, buscamos abrir espaço para que esses, que são também responsáveis pelas ações preventivas ordinárias, extraordinárias e repressivas, possam compartilhar seu ponto de vista e contribuir para o aprimoramento da legislação vigente.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

**Deputado Vitor Hugo**  
**PSL/GO**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vitor Hugo  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210556557300>



\*CD210556557300\*